

A VERDADE SOBRE O DINHEIRO DO



FUNDEF

Em defesa do direito dos trabalhadores, o Sindicato APEOC deu entrada em várias ações judiciais para garantir o pagamento de 60% do antigo FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - aos profissionais da Educação. Esse recurso faz parte de uma remessa devida pela União, a título de complementação do valor-aluno, aos Estados e Municípios. Após uma longa batalha nos tribunais, o Governo Federal está sendo obrigado a pagar essa dívida.

Mas o que seria motivo de comemoração pode se transformar num prejuízo irreparável para o bolso dos professores. O Sindicato APEOC obteve informações de que muitos municípios não têm intenção de destinar, totalmente ou parcialmente, o percentual de 60% dos recursos do antigo FUNDEF aos professores, como garante a lei. Para assegurar esse pagamento, o Sindicato APEOC – na qualidade de representante legal dos professores e servidores públicos lotados nas Secretarias

de Educação do Estado e dos Municípios – constituiu uma banca especializada de advogados para ingressar, de forma cautelar, na Justiça. O objetivo é impedir que as prefeituras desviem a parcela referente ao pagamento dos professores para outras finalidades. Já conseguimos realizar o bloqueio dos recursos em Fortaleza e Maracanaú

Essas medidas fazem parte de uma política de investimento em estudos e acompanhamentos técnicos e jurídicos de nossa entidade. Os recursos do FUNDEF e FUNDEB devem ser destinados à Educação, garantindo o percentual de 60% da verba à valorização do magistério.

Tão logo a Justiça atenda a demanda requerida por nosso Sindicato, a APEOC fará a comunicação aos professores dos municípios da referida decisão judicial, para que os docentes possam receber individualmente, diretamente da Justiça, o valor que lhes pertence.

Camocim

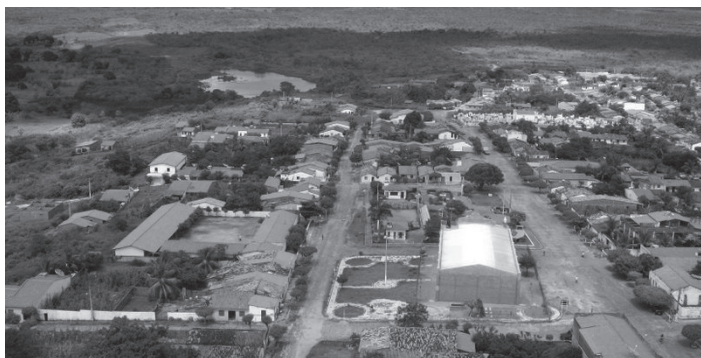


Em Camocim, os professores da rede municipal de ensino devem ser contemplados com o pagamento de pelo menos 60% dos recursos do precatório do FUNDEF. O Sindicato APEOC já entrou com uma ação civil pública para bloquear a verba antes mesmo do depósito nos cofres da Prefeitura. A medida é para evitar que o Município gaste o dinheiro com outras despesas. A ação civil pública também pede à

VALOR DO PRECATÓRIO:	R\$ 33.898.019,55
PREVISÃO DE PAGAMENTO:	DEZEMBRO DE 2016
PERÍODO REFERENTE DA AÇÃO:	1998 A 2004

Justiça que vincule a verba à valorização dos profissionais da Educação Básica, com aplicação mínima de 60% dos recursos ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério, durante o período referente à ação (1998 a 2004). O processo está tramitando no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife.

Graça



Em Graça, a batalha dos professores da rede municipal de ensino pelo precatório do FUNDEF também é uma bandeira de luta do Sindicato APEOC. A Prefeitura deve receber o dinheiro do fundo em dezembro de 2016 e para garantir que essa verba não seja usada em outra finalidade, o Sindicato APEOC já entrou com uma ação civil pública na Justiça para

VALOR DO PRECATÓRIO:	R\$ 15.947.585,71
PREVISÃO DE PAGAMENTO:	DEZEMBRO DE 2016
PERÍODO REFERENTE DA AÇÃO:	1998 A 2004

bloquear a verba que pertence aos professores. Nessa mesma ação, o Sindicato exige que pelo menos 60% dos recursos sejam destinados ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério, durante o período referente à ação (1998 a 2004). O processo está tramitando no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife.



SERVIÇOS OFERECIDOS AOS SÓCIOS NA SEDE DO SINDICATO APEOC. ☎ (85) 3064.3212
Ginástica, Fisioterapia, Auriculoterapia, Pilates, Massoterapia e Fonoaudiologia